

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA, PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 89341/2022-87

1 Às dezessete horas do dia dezesseis de fevereiro dois mil e vinte e três, quinta-feira,
2 ocorrida em formato híbrido; virtualmente, por meio da plataforma digital *Zoom* e,
3 presencialmente no Auditório Engenheiro Nilo Javari Baren, nas dependências da
4 Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano – Planurb, sendo
5 convocada por meio de Chamamento Público, Edital n. 1, de 19 de janeiro de 2023,
6 publicado três dias consecutivos no Diário Oficial de Campo Grande/MS, sendo:
7 Diogrande n. 6.916, página 3, em 20 de janeiro de 2023; Diogrande n. 6.917, página
8 14, em 23 de janeiro de 2023; e, no Diogrande n. 6.918, página 4, em 24 de janeiro
9 de 2023. As presenças e ausências estão registradas nas Listas de Presença, física
10 e virtual, anexas a este documento. A Sra. Berenice Maria Jacob Domingues, Diretora-
11 Presidente da Planurb e Presidente da Audiência, deu as boas-vindas a todos,
12 informando que esta será realizada na modalidade híbrida e que a Audiência tem a
13 finalidade de apresentar e discutir o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), parte
14 integrante do Processo Administrativo n. 89341/2022-87 – Plaenge Empreendimentos
15 Ltda. Fez a composição da Mesa, convidando os representantes da Planurb, Sra. Vera
16 Cristina Galvão Bacchi e Davi da Costa Teixeira; a representante da Secretaria
17 Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana (Semadur), Sra. Ana Cláudia Osório; a
18 representante do Conselho Municipal da Cidade (CMDU), Sra. Daniela Souza Soares;
19 a representante da Plaenge Empreendimentos Ltda., Sra. Valéria Gabas; e, os
20 representantes da empresa que elaborou o EIV - Madeira & Madeira Arquitetura e
21 Engenharia, Sr. Fernando Madeira e Sra. Cristina Pouh. A Sra. Berenice informou que,
22 para a realização desta Audiência Pública, foi realizado cadastramento prévio para os
23 interessados em participar por meio virtual. Em sequência, pontuou o objetivo desta
24 Audiência Pública, qual seja, a “Apresentação e discussão do Estudo de Impacto de
25 Vizinhança, parte integrante do Processo Administrativo n. 89341/2022-87 – Plaenge
26 Empreendimentos Ltda., referente ao requerimento de Guia de Diretrizes Urbanísticas
27 – empreendimento e/ou atividade com área construída superior a 20.000m², localizado
28 na Rua Afonso Lino Barbosa – Lote 1M Quadra 40 – Bairro Chácara Cachoeira”.
29 Prosseguindo, foi feita a leitura da justificativa e dos procedimentos para realização
30 da Audiência Pública. Dando continuidade, a Sra. Valéria Gabas, representante da

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA, PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 89341/2022-87

31 Plaenge Empreendimento Ltda., que discorreu sobre a história da empresa, bem
32 como realizou uma apresentação sobre o conceito de cidades sustentáveis. Em
33 sequência, o Sr. Fernando Madeira, representante do escritório Madeira & Madeira
34 Arquitetura e Engenharia, responsável pelo Estudo de Impacto de Vizinhança do
35 empreendimento denominado “PG-103”, iniciando a apresentação do EIV
36 propriamente dito. O Sr. Fernando demonstrou a localização do terreno, citando a
37 “Rua Afonso Lino Barbosa, parte superior do Bairro Chácara Cachoeira I
38 (parcelamento)”, onde é prevista a instalação do empreendimento, conforme dispõe a
39 lei de Uso e Ocupação do Solo vigente; pontuando os enquadramentos urbanísticos
40 da área em questão: I) Macrozona Urbana; II) Região Urbana; III) Zona Urbana; IV)
41 Zona Ambiental; V) Zona Especial de Interesse Ambiental; VI) Zona Especial de
42 Interesse Urbanístico; VII) Zona de Centralidade e Eixo de Adensamento; demonstrou,
43 também, a delimitação da Área de Influência, e os possíveis impactos. Em seguida,
44 apresentou a evolução da ocupação do bairro, pontuando que o mesmo pode ser
45 classificado como uma área de uso misto, por possuir empreendimentos comerciais e
46 áreas residenciais, apesar da predominância no uso residencial; ainda, demonstrou
47 os impactos na economia com a implantação do empreendimento em um lote que
48 atualmente não possui nenhum tipo de instalação. Em complementação, o Sr.
49 Fernando explicou que o empreendimento está localizado na cota de elevação 589m
50 – 648m e que, com o auxílio de um *software*, foi possível realizar uma análise de
51 ventilação no local; assim como, da iluminação e do sombreamento no local de
52 implantação do empreendimento, em diversos horários. Dando continuidade,
53 apresentou a matriz de impactos dispondo que é possível analisar as ações
54 impactantes e seus riscos no entorno do projeto a ser implantado. Apresentou, ainda,
55 a descrição geral do empreendimento, com planta da área comum, quadro de áreas
56 e cronograma da obra. O Sr. Fernando finalizou a apresentação agradecendo a
57 oportunidade de apresentar as informações contidas no Estudo de Impacto de
58 Vizinhança. Devolvida a palavra à Sra. Berenice, que agradeceu a apresentação
59 realizada e informou o tempo de intervalo de 10 (dez) minutos para a formulação de
60 perguntas por escrito, tanto presencial quanto virtualmente, por meio de formulário

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA, PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 89341/2022-87

61 próprio; ainda reforçou o procedimento adotado, de acordo com as instruções
62 repassadas aos representantes no início da Audiência. Finalizado o tempo, a Sra.
63 Berenice solicitou aos moradores que, quem quisesse se manifestar ao microfone,
64 que repassassem seus nomes a Sra. Mariana Massud (Planurb). Ainda, informou que
65 foi encaminhado ofício aos moradores referente a realização desta Audiência Pública,
66 conforme solicitado pelos moradores do bairro e, observando o princípio da
67 publicidade; assim como, a convocação em Diário Oficial do Município e em jornais
68 de circulação local, com 30 (trinta) dias de antecedência, ressaltando que os
69 procedimentos de uma Audiência são construídos previamente e em conjunto com
70 todos interessados; pontuando, ainda, que foi encaminhado ofício ao representante
71 dos moradores, entretanto, que não houve resposta para esta construção. Tendo em
72 vista a solicitação dos moradores presentes, a Sra. Berenice comunicou que, assim
73 como o empreendedor utilizou 45 (quarenta e cinco) minutos de fala, os moradores
74 teriam o mesmo tempo para seus questionamentos e, complementou que
75 alternadamente as perguntas escritas, os moradores poderiam fazer uso do microfone
76 para as indagações. As perguntas recebidas foram lidas pela Sra. Ana Cláudia Osório,
77 representante da Semadur; e pela Sra. Vera Bacchi, representante da Planurb,
78 repassando a resposta ao membro da mesa indicado. A palavra foi aberta ao Sr.
79 Thiago Arantes (morador): *“A minha vida inteira é ligada à Chácara Cachoeira; meu
80 avô comprou aquilo lá no final da década de 30, início da década de 40, meu pai
81 nasceu na Chácara Cachoeira, eu moro no Chácara Cachoeira há 16 (dezesseis)
82 anos. Dra. Berenice, Dra. Vera, também eu conheço, Dr. Madeira. Já fizemos
83 negócios com a Plaenge também, na figura do Edson, anos atrás. Minha pergunta é
84 a seguinte, o Chácara Cachoeira é grande, da maneira que ele foi idealizado, aquela
85 região onde as ruas são redondas, muitas ruas sem saída, uma região que foi
86 idealizada para ser uma área iminentemente residencial, de casas para as famílias,
87 com bastante área verde, sem trânsito, sem movimento e por isso das ruas redondas,
88 das ruas sem saída e a parte mais próxima a Av. Afonso Pena, com uma característica
89 mais comercial, podendo ter prédios, comércios e tudo isso. E eu acabei de fazer um
90 investimento muito grande nessa parte alta do Chácara Cachoeira, eu construí a*



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA, PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 89341/2022-87

91 *minha casa depois de 16 (dezesesseis) anos morando na parte baixa do Chácara*
92 *Cachoeira; eu queria uma paz, sem vizinhos na minha linha de visão e resolvi construir*
93 *a minha casa na parte alta do Chácara Cachoeira, porque era uma área onde tinham*
94 *no máximo sobrados; tem aqueles prédios mais longes, que já ficam no Tiradentes,*
95 *mas ali, na minha vida inteira eu conheci aquele zoneamento ali, era um zoneamento*
96 *residencial, não podia construir mais, era só 50% (cinquenta) do terreno que pode ser*
97 *construído, só prédios de até 2 (dois) ou 3 (três) andares. Então isso aí foi a minha*
98 *vida, escolhi ali, acabei até ano passado comprei o terreno do fundo para aumentar*
99 *ainda a minha área. A minha pergunta é por que que tendo a vendedora do lote, áreas*
100 *na parte baixa do Chácara Cachoeira II, tendo muita área vaga no Chácara Cachoeira*
101 *II, inclusive eu tenho uma área grande para vender para a Plaenge a hora que ela*
102 *quiser no Chácara Cachoeira II, que é a parte de prédios, a parte grande, a parte de*
103 *movimento, de fluxo. Para que fazer lá na parte mais residencial, onde vai afetar tanta*
104 *gente, desmatar tantas árvores, que aquele terreno é um terreno que tem pelo menos*
105 *20 (vinte), 30 (trinta) árvores centenárias, enormes. Vai gerar um impacto, estou vendo*
106 *aqui “ação contra a mudança global do clima”, vai causar sombra para gente, paras*
107 *casas, trânsito, vai estragar a nossa vista, vai estragar nossa privacidade,*
108 *principalmente. Não é um empreendimento bem-vindo, a sociedade tem bastante*
109 *gente aqui contra isso, todo mundo que tá ali em volta tá contra isso; porque a*
110 *Prefeitura não quer dar essa colher de chá e ouvir a gente e quem sabe transferir, o*
111 *empreendedor transferir esse projeto pra um outro lugar, mais adequado.”. A Sra.*
112 *Valéria, representante da Plaenge, respondeu que em termos de zoneamento urbano*
113 *ambos os parcelamentos, Chácara Cachoeira I e Chácara Cachoeira II, podem ter*
114 *edifícios e pontuou que o planejamento do município de Campo Grande foi pensado*
115 *nesse desenvolvimento ao longo do tempo; por fim, ressaltou que a região já*
116 *apresenta um fluxo mais intenso de veículos e pessoas. O próximo a se manifestar,*
117 *foi o Sr. Iran Meneguelli (morador): “Eu tenho algumas preocupações, sou morador lá*
118 *do bairro também, e até vizinho do Thiago e tenho, primeiro uma preocupação que o*
119 *Thiago tocou no assunto, esse terreno eu conheço, tem árvores centenárias e eu sei*
120 *que a legislação municipal ela não permite algumas espécies de árvores de serem*

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA, PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 89341/2022-87

121 *derrubadas; e eu imagino que a empresa vai ter que derrubar essas árvores dentro*
122 *daquele terreno e a minha preocupação é como isso será feito? A empresa vai*
123 *derrubar essas árvores?”. Em resposta, a Sra. Valéria (Plaenge) pontuou que a partir*
124 *do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) será solicitado o licenciamento ambiental,*
125 *em que serão apresentados os estudos e propostas; e, que se for necessário*
126 *transplantar ou realizar o plantio de mudas para remoção de determinada espécie,*
127 *como determinação do Município, assim será realizado, visando manter a cidade*
128 *arborizada. Em continuação, o Sr. Iran (morador) questionou: “Inclusive algumas*
129 *árvores não podem ser, eu as chamo de árvores sagradas; derrubadas, nesse caso,*
130 *elas teriam que ser, no mínimo, transplantadas, mas teria que se fazer um estudo se*
131 *elas sobreviveriam a isso. Esses estudos serão publicados em algum lugar? Eles*
132 *estariam onde?”. Em sequência, a Sra. Valéria (Plaenge) informou que foram*
133 *contratados técnicos para a realização desses estudos e acompanhamento do*
134 *processo, a fim de garantir a segurança das árvores desde sua remoção até o*
135 *replantio em local indicado; bem como, são feitos registros em vídeo para serem*
136 *publicados posteriormente. Prosseguindo, o Sr. Iran (morador) ainda complementou:*
137 *“A minha segunda pergunta é em relação a estrutura viária. Hoje, quem mora na*
138 *região, sabe que aquela rua que você se refere que não é curva, a Rua Afonso Lino*
139 *Barbosa, ela fica totalmente congestionada em alguns momentos do dia,*
140 *principalmente no início da manhã, que ela pega todo o pessoal do Dahma, vai se*
141 *somar nessa via duas centenas de carro, pelo que eu entendi e eu queria saber se*
142 *alguma melhoria da via será feita, no caso da construção do prédio. E se haverá*
143 *alguma contrapartida da empresa para que essa via possa suportar o fluxo de veículos*
144 *que vai se somar ao que já existe.”. Em resposta, a Sra. Valéria (Plaenge) recordou*
145 *que para o Estudo de Impacto de Vizinhança é realizada a medição de fluxo de*
146 *veículos; pontuou que existe um ponto de congestionamento na Rua Jeribá, porém*
147 *que a instalação do empreendimento não acresceria significativamente o*
148 *congestionamento nesse ponto; e, ainda, comunicou que existe uma Guia de*
149 *Diretrizes Urbanísticas (GDU), em andamento, que indicará recomendações e*
150 *exigências para amenizar esse problema que já existe atualmente; bem como, a partir*

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA, PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 89341/2022-87

151 disso, será realizado outro estudo a ser analisado pela Agência Municipal de
152 Transporte e Trânsito (Agetran) para buscar soluções para minimizar os impactos no
153 fluxo da região. Em complementação, o Sr. Fernando (Madeira & Madeira) expôs que
154 no Estudo de Impacto de Vizinhança é necessário realizar uma simulação como se
155 todo o fluxo do empreendimento entrasse ao mesmo tempo e pelo mesmo local;
156 posteriormente, essa simulação é encaminhada aos técnicos da Agetran para análise;
157 e, por fim, se for emitida a Guia de Diretrizes Urbanísticas (GDU), ainda existem
158 recomendações e medidas compensatórias ou mitigadoras que o empreendedor deve
159 executar. o Sr. Iran (morador) ainda, questionou qual a função de uma Guia de
160 Diretrizes Urbanísticas. Em resposta, a Sra. Berenice esclareceu que a Guia de
161 Diretrizes Urbanísticas (GDU) foi instituída na Lei de Ordenamento do Uso e
162 Ocupação do Solo, em 1988, e que a legislação lista grandes empreendimentos que
163 necessitam se enquadrar em diretrizes urbanísticas antes da solicitação de alvará de
164 construção ou termo de início de obras, no caso de loteamento; o processo é
165 analisado por um grupo técnico composto por servidores da Agência Municipal de
166 Meio Ambiente e Planejamento Urbano (Planurb), Secretaria Municipal de
167 Infraestrutura e Serviços Públicos (Sisep), Secretaria Municipal de Meio Ambiente e
168 Gestão Urbana (Semadur) e da Agência Municipal de Transporte e Trânsito (Agetran),
169 que definem, em conjunto, as diretrizes que o empreendimento deve seguir, de acordo
170 com a legislação vigente; e, caso seja necessária a realização de obra para adequar
171 seu projeto ao local, essas serão as expensas do empreendedor. A Sra. Berenice
172 exemplificou, ainda, o caso da implantação do loteamento Dahma, na qual foi
173 solicitada transposição do acesso pela Rodovia existente, por meio de viaduto, obra
174 objeto de GDU. Prosseguindo, a Sra. Berenice discorreu que a GDU é o primeiro
175 documento que o empreendedor recebe do Poder Público, e que a mesma só é
176 expedida se o requerimento que a solicita estiver de acordo com as legislações
177 vigentes; e, a partir deste documento, são solicitadas as aprovações e/ou
178 licenciamentos juntamente as outras Secretarias. A Sra. Berenice, complementou
179 discorrendo que a GDU é analisada internamente, entretanto, que no âmbito da
180 sociedade civil organizada, o CMDU que possui representatividade formal. Em

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA, PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 89341/2022-87

181 sequência, a Sra. Berenice lembrou da reunião realizada no bairro Chácara
182 Cachoeira em face da revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental
183 (PDDUA), bem como da ação de divulgação da Audiência Pública, realizada porta a
184 porta; ainda citou o documento protocolado nesta Planurb, no dia 22 de novembro de
185 2022, contendo abaixo-assinado dos moradores do bairro Chácara Cachoeira, e que
186 foi respondido e encaminhado no dia 5 de dezembro de 2022, fazendo a leitura na
187 íntegra do documento. Logo após, o Sr. Iran (morador) questionou: *“Querida saber em*
188 *relação a guia se depois, nós, da sociedade, teremos acesso a ela para avaliar qual o*
189 *tipo de conclusão que esse comitê técnico chegou, em relação aos impactos que esse*
190 *empreendimento vai causar e de que forma.”*. Em resposta, a Sra. Berenice
191 esclareceu que a Audiência Pública e todos os seus produtos serão anexados ao
192 Processo Administrativo, e que o mesmo é público. Dando continuidade à Audiência,
193 a palavra foi passada a Sra. Maria da Glória (moradora): *“Eu estou aqui neste*
194 *momento com bastante conflito pessoal, eu conheço a colega que apresentou o*
195 *empreendimento, sei que ela foi homenageada por nós, engenheiros, no Programa*
196 *Mulher, no CREA/MS, sou conselheira no CREA/MS. Mas eu estou aqui na qualidade*
197 *de moradora. Eu sou uma das primeiras moradoras daquela localidade, quando eu*
198 *adquiri o meu lote, onde moro hoje, fiz uma residência modesta e aquele bairro se*
199 *chamava “Desbarrancado”, não é do seu tempo nem dos outros, alguém aqui pode*
200 *ser desse tempo. Depois se chamou “Miguel Couto”, eu adquiri da Escola Miguel*
201 *Couto e a menos de 100 (cem) metros da minha casa, ficava a Chácara Cachoeira*
202 *que é do Arantes, do avô do colega que esteve aqui. Bom, conheci esse bairro, muito*
203 *bom, nasceu para ser um bairro residencial. Eu estou muito surpresa com esse*
204 *investimento que a Plaenge quer fazer no bairro, sei que ela faz obras muito boas,*
205 *sou testemunha disso, como engenheira civil há 47 (quarenta e sete) anos, então eu*
206 *sei que faz. Sei que a habitação vai ser de primeira qualidade, eu sei que a população*
207 *que vai habitar lá será muito boa, talvez melhor do que eu, inclusive, não vou estar lá*
208 *nessa geração porque o colega ali falou que a média de idade é 33 (trinta e três) anos;*
209 *não vou estar vendo esse empreendimento com a idade da minha casa, que já tem*
210 *mais de 40 (quarenta) anos. Mas o que eu queria questionar aqui é o seguinte, de*

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA, PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 89341/2022-87

211 *fato, haverá um grande impacto no bairro e eu, desculpe, discordo, acho que o seu*
212 *estudo foi interessante mas deixou a desejar em alguns aspectos. Eu não faço estudo*
213 *ambiental nem estudo de impacto de vizinhança, mas já vi muito disso. Não vai gerar*
214 *tantos empregos como vocês estão pensando, a não ser no período de obra, toda*
215 *obra gera emprego, e gera o impacto. A gente viu pelo cronograma aqui que vai ser*
216 *um ano e meio, dois anos, então isso é passageiro; três anos, passageiro; qualquer*
217 *obra que eu já fiz, também com três anos gerou emprego, ótimo que tenha isso, mas*
218 *é um emprego volante e não fixa no bairro. No empreendimento estão previstos 10*
219 *(dez) pessoas como empregados ou coisa parecida, eu li rapidamente e aqui a gente*
220 *não consegue ver muito bem; e isso, para um empreendimento de 24 (vinte e quatro)*
221 *andares com quase 300 (trezentas) pessoas moradoras, porque são apartamentos*
222 *com 3 (três) dormitórios, suponha-se que serão 3 (três) pessoas, ou 4 (quatro), em*
223 *cada apartamento, cada unidade, certo? Então é uma população grande, não é ruim,*
224 *porém a localização eu acho inadequada, me desculpe, é de qualidade, mas ali não*
225 *precisa desse adensamento. O viés que eu acho, é a visão do adensamento, o bairro*
226 *está adensado na quota que foi estabelecida desde sempre, que seria 3 (três) ou 4*
227 *(quatro) pavimentos; houve essa mudança recente da legislação, mas essa*
228 *legislação, eu gostaria de apontar para o colega Arantes, neto do Arantes; existem*
229 *locais no bairro que comportariam esse empreendimento com mais tranquilidade, ali*
230 *nós temos um congestionamento diário no trânsito na frente e próximo, da minha casa*
231 *inclusive, do “Paulo Freire” e é a via que vai ter a descida do pessoal do prédio e não*
232 *aquela que é contramão, que você apontou, aquela vai sair na Avenida Ministro João*
233 *Arinos. Então, ali tem 40 (quarenta) veículos naquele horário que vocês mediram, mas*
234 *aquela que vai ser preferencial, que vai no sentido do centro da cidade, tem muito*
235 *mais, hoje já tem mais de 40 (quarenta). Eu levo, em alguns momentos, 20 (vinte)*
236 *minutos para andar 5 (cinco) quadras de carro, a proposta é andar 10 (dez) minutos a*
237 *pé, como é que nós vamos ter uma coisa dessas? Nós não vamos nem trazer*
238 *qualidade para os que vão habitar no prédio. Então eu acho que 24 (vinte e quatro)*
239 *pavimentos é demais, embora seja interessante para a empresa, é muito para aquela*
240 *localidade. Desculpe, eu como moradora vim levar esse questionamento, em relação*

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA, PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 89341/2022-87

241 a melhorias; eu vejo a Plaenge, ela pratica ESG, você mesma mostrou que parte do
242 seguinte valor, os benefícios para a comunidade tem que ficar na comunidade, se
243 vocês forem tirar as árvores de lá para plantar lá em Terenos, saída de Sidrolândia,
244 não sei aonde, não ficou para a comunidade, são árvores lindas, maravilhosas; muitas
245 obras já tiraram essas árvores ali do bairro, recentemente inclusive sem fiscalização
246 da Prefeitura, infelizmente, tirou correndo, não fiscalizou, não deu tempo, pronto, já
247 foi. Eu acho que vocês não fariam dessa forma, mas eu vejo que tem um impacto que
248 o bairro poderia ter o empreendimento menor, mais baixo e não com os 24 (vinte e
249 quatro), não uma torre tão alta. Ou procurar por mais um lugar por perto, porque não
250 é questão de adensamento. Então, eu deixo aqui a minha palavra que vai ficar
251 complicado, trânsito e a qualidade do bairro, infelizmente não pela população que vai
252 estar lá, mas pela convivência, pela vivência diária, tem uma população flutuante
253 muito grande, não foi contada, foi só a fixa e, enfim, tem até os mendigos. Porque ali
254 pra cima, no Parque dos Poderes, vocês sabem que tem aquele local que abriga os
255 mendigos de rua, que eles ficam 3 (três) dias e precisam sair e eles descem
256 exatamente essa rua e passam na frente do empreendimento, e na frente do
257 empreendimento inclusive tem um ponto de ônibus e é por ali que eles ficam, naquela
258 praça. Bom, há o que esse grupo aqui contribuir com alguma coisa mas eu acho que
259 precisa ser pensado isso. Obrigada.”. Desta forma, o Sr. Fernando (Madeira &
260 Madeira) esclareceu que pela Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo existe
261 a taxa de ocupação, que representa a porcentagem do terreno que pode ser utilizado
262 para construção, e o coeficiente de aproveitamento, que indica a quantidade máxima
263 de metros quadrados que pode ser construída; ressaltou que no município de Campo
264 Grande não existe uma legislação que indique quanto pavimentos uma construção
265 pode ter e sim, um índice de elevação; este índice determina que a somatória do que
266 é construído pelo que é ocupado, em certa região, não pode ser maior que um
267 determinado valor, pontuando que o índice não é impeditivo para a verticalização da
268 construção. Na sequência, o Sr. Fernando (Madeira & Madeira) recordou a questão
269 do tráfego, explicando que existe um roteiro que deve ser seguido e legislações a
270 serem cumpridas; ainda, ressaltou que as medidas mitigadoras ou compensatórias

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA, PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 89341/2022-87

271 não são definidas pelo empreendedor, e sim pela análise do referido EIV, realizada
272 pelos técnicos do Executivo Municipal. Prosseguindo, a Sra. Berenice solicitou
273 objetividade tanto a quem está questionando quanto a quem está respondendo os
274 questionamentos. Retomando a palavra, a Sra. Maria da Glória (moradora) frisou os
275 valores da Plaenge e a questão dos prejuízos para o entorno da construção. Dando
276 continuidade, a palavra foi passada ao Sr. Aroldo José Lima (morador) que exaltou a
277 participação ativa da comunidade na Audiência Pública e parabenizou a Sra. Berenice
278 por ter aberto a palavra aos moradores durante esta Audiência; ainda relatou seu
279 descontentamento pela instalação do empreendimento naquele determinado local e
280 reforçou os prejuízos para a região; e, por fim, solicitou a ponderação da instalação
281 do condomínio no bairro Chácara Cachoeira. Em sequência, a palavra foi aberta ao
282 Sr. Marco Antônio Miranda Mendes (morador) que expôs sua preocupação quanto ao
283 aumento do fluxo de veículos, e o conseqüente congestionamento naquela região;
284 ainda, sobre a projeção de sombras nos imóveis em torno do prédio, causando uma
285 desvalorização imobiliária; pontuou, também, sobre a falta de privacidade das
286 residências, por conta da altura da construção; e, por fim, questionou em como o
287 empreendedor pensa em implantar esse empreendimento, apesar do impacto social
288 e para a imagem da empresa frente aos moradores da região. Em resposta, a Sra.
289 Valéria (Plaenge) expôs o direito dos donos dos terrenos de também empreenderem,
290 assim como os moradores possuem o direito de reivindicar a não instalação do
291 condomínio naquele local; e, pontuou que o desenvolvimento do Município acontece
292 de maneira ordenada. Dando sequência, o Sr. Fernando (Madeira & Madeira)
293 demonstrou, por meio de um *software*, a projeção de sombras em várias situações do
294 ano e por horário, a partir das coordenadas do empreendimento; foi realizada uma
295 simulação do sombreamento antes da implantação do edifício e outra, após a
296 implantação dele. Prosseguindo, o Sr. Fernando (Madeira & Madeira) discorreu sobre
297 a geração de energia solar, citando que são levados em consideração vários fatores
298 e, que para determinar a influência do empreendimento, no entanto, seria necessária
299 uma análise mais específica destes impactos. Logo após, a palavra foi passada ao Sr.
300 Marcelo Bluma (morador): *“Eu quero questionar aqui os empreendedores; a primeira*

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA, PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 89341/2022-87

301 *questão, inclusive quero pedir para você, Madeira, que no EIV seja plotado a sombra,*
302 *mês a mês. Porque como só está julho e dezembro, essa discussão; e, o documento,*
303 *Estudo de Impacto de Vizinhança, é o documento oficial disso, até para qualquer*
304 *questionamento, reparação judicial, então quero deixar registrado que é importante*
305 *que tenha todos os meses o efeito da sombra nas residências; faz, plota, que seja*
306 *juntado ao EIV. Mas a questão mais importante, e alguns moradores já passaram por*
307 *ela, Dr. Marcos; eu considero o impacto mais grave, o impacto que não foi colocado*
308 *no EIV, o EIV está incompleto. Por que que está incompleto? Porque o maior impacto,*
309 *e algumas pessoas já disseram isso, e eu quero aproveitar para sintetizar, é a*
310 *depreciação no valor de cada uma dessas residências e nós estamos falando de*
311 *residências de dois, três, quatro e, talvez, até 5 milhões; são residências, primeiro*
312 *porque naquela faixa, muito bem observada, não existe terreno de 360 m², aquele*
313 *miolo do Chácara Cachoeira foi feito com terrenos que começam de 420 (quatrocentos*
314 *e vinte), para residências de um padrão diferenciado. Então, o número de jardins e de*
315 *piscinas naquelas residências é muito grande; o que que acontece com a construção*
316 *do prédio? Acaba a intimidade e a vida privada desses proprietários que estão lá há*
317 *20 (vinte) anos, estão lá há 20 (vinte) anos, 18 (dezoito), 15 (quinze), já estão lá; quem*
318 *chega pra incomodar, como alguns vizinhos dizem, é o prédio. Ai eu quero aproveitar*
319 *pra dizer o seguinte, quando a gente, é um direito constitucional e quando a gente lê*
320 *o Art. 5º, X, da Constituição, diz: “são invioláveis a intimidade e a vida privada;*
321 *assegurado o direito a indenização pelo dano material”. Então veja, nós não estamos*
322 *mais discutindo lei do uso do solo, pode ou não pode; pode, ok. Eu posso dirigir meu*
323 *carro ali, tá licenciado, ok, mas se eu sair ali e bater no carro do Adelaido, o que é que*
324 *acontece? Eu tenho que reparar o dano, tranquilo; então a Plaenge, pelo*
325 *enquadramento legal, pode fazer, mas que fique registrado que pelo menos com*
326 *Marcelo Bluma vai ter que reparar o dano material, vai ter que reparar; e o moral, me*
327 *ajuda o promotor que sempre vai mais fundo, e o dano subjetivo. Nós estamos,*
328 *inclusive, organizando a criação, quero convidá-los, nós estamos lançando a*
329 *Associação Brasileira dos Proprietários de Residência Prejudicados por Edifício; e,*
330 *vamos fazer uma campanha, porque ai é uma associação, não pra discutir a lei do*

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA, PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 89341/2022-87

331 *uso do solo, se pode ou não pode, mas pra discutir o dano material, o direito a nossa*
332 *intimidade e vida privada, que está sendo arrancado de nós; e é garantida pela*
333 *Constituição. Não to falando de regulamentos, eu to dizendo aqui pra vocês que é*
334 *constitucional esse direito, e o Código Civil, me ajuda ai os colegas, traz a*
335 *responsabilidade civil; não precisa de culpa, a responsabilidade civil; se eu causei*
336 *dano à alguém, eu devo repará-lo. Então, Madeira, o que eu quero deixar registrado*
337 *é isso, por que é que o EIV não avaliou a depreciação no valor de cada um dos imóveis*
338 *afetados, pode inclusive ser por aquele raio de 500 (quinhentos) metros, que o EIV*
339 *traz. Por que é que o EIV não traz esse impacto de vizinhança, que pra mim é o*
340 *impacto mais significativo nesse caso. Então eu quero, a pergunta pros*
341 *empreendedores, deixar registrado, que eu considero que o EIV está incompleto,*
342 *precisa completar nesse sentido e chegando no ponto da política, eu reforçaria o*
343 *pedido dos vizinhos, no sentido de que é melhor repensar o empreendimento ali,*
344 *porque nós vamos discutir judicialmente o dano material e a desvalorização. Se o*
345 *empreendedor quer fazer o prédio, e a legislação municipal permite, eu topo; mas eu*
346 *quero receber a reparação, que eu acho que no meu caso não dá menos de um milhão*
347 *e meio, inclusive; não tem problema, a empresa pode chegar e pode fazer; não*
348 *estamos discutindo isso. Agora, mora lá há 20 anos, paga seu IPTU corretamente e*
349 *ICMS, que também tem que entrar nessa conta, isso nós vamos cobrar, que não é*
350 *barato. Então eu quero deixar a pergunta, por que é que o EIV não considerou, não*
351 *avaliou o impacto da desvalorização de cada um dos imóveis afetados pelo*
352 *empreendimento.”. Em resposta, o Sr. Fernando (Madeira & Madeira) informou que o*
353 *Estudo de Impacto de Vizinhança solicita apenas os valores imobiliários no local,*
354 *ressaltando que é possível um estudo técnico para determinar a valorização ou*
355 *desvalorização imobiliária. Em sequência, a palavra foi passada ao Sr. Adelaido Vila*
356 *(morador) que relatou entender que o empreendimento atende a todos os*
357 *enquadramentos legais, porém que os moradores da região não estão satisfeitos com*
358 *a instalação do prédio nessa área; e, ainda, fez questionamentos quanto ao Estudo*
359 *de Impacto de Vizinhança relativos à área de influência do empreendimento. Em*
360 *resposta, a Sra. Valéria (Plaenge) esclareceu que o objetivo da Audiência é dar*

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA, PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 89341/2022-87

361 transparência para a comunidade e demonstrar como o empreendedor também
362 contribui para o desenvolvimento da cidade. Dando continuidade, a palavra foi aberta
363 ao Sr. Nicomedes Silva Filho (morador) que questionou ao Sr. Fernando (Madeira &
364 Madeira) se para este empreendimento foi contratada a outorga onerosa, para
365 aumentar o coeficiente de aproveitamento da área; e, também, indagou a Sra. Valéria
366 (Plaenge) se houve estimativa, pelo empreendedor, quanto a desvalorização dos
367 imóveis ao redor do empreendimento. Em resposta, a Sra. Valéria (Plaenge) informou
368 não possuir esse percentual de desvalorização por não ter sido realizado um estudo
369 específico; e, explicou que ao adquirirem um lote, são utilizadas as regras urbanísticas
370 para determinar a viabilidade de instalação naquele local em função do potencial
371 construtivo; ainda, esclareceu que apenas um avaliador conseguiria determinar essa
372 desvalorização; e, finalizou, informando que a região permite a outorga onerosa ou
373 transferência do direito de construir, e que o empreendedor utilizará dessas
374 ferramentas. Em sequência, a palavra foi passada ao Sr. César (morador) que
375 informou ao Sr. Fernando (Madeira & Madeira) que a área em discussão se trata de
376 área residencial e expôs não perceber benefício na instalação do edifício.
377 Prosseguindo, a próxima inscrita a falar foi a Sra. Inês Santiago (moradora) que
378 reforçou as questões já expostas anteriormente. Em resposta, a Sra. Valéria (Plaenge)
379 reforçou o direito de empreender do proprietário do lote. A palavra foi passada a Sra.
380 Berenice, que explicou que o empreendedor tem uma prerrogativa de resposta, via e-
381 mail, caso assim achar necessário; e reforçou que o assunto não seria encerrado
382 durante esta Audiência Pública e que esta Planurb está à disposição para novas
383 discussões. Em continuidade, a Sra. Berenice agradeceu a presença dos moradores
384 e destacou que os mesmos tiveram 54 (cinquenta e quatro) minutos de participação.
385 Prosseguindo a leitura de perguntas feitas via formulário, a primeira pergunta foi
386 formulada pelo Sr. Cleber Matsuda, e direcionada ao Sr. Fernando (Madeira &
387 Madeira): *“O que será feito de melhorias na Rua Afonso Lino Barbosa? O trecho da*
388 *Rua Afonso Lino Barbosa entre a Rua Ministro João Arinos e a Rua Alfazema é mão*
389 *única. Depois ela vira mão dupla, porém muitos motoristas entendem que esta rua*
390 *continua como mão única, o que quase provoca acidentes de colisão frontal.”*; em

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA, PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 89341/2022-87

391 resposta, o Sr. Fernando explicou que os dados levantados para o Estudo de Impacto
392 de Vizinhança são analisados por técnicos da Agetran e que de acordo com o que for
393 determinado na emissão da Guia de Diretrizes Urbanísticas (GDU), manifestam
394 acerca das adequações nas ruas em torno do empreendimento. O Sr. Cleber fez uso
395 da réplica para apontar que foram apresentados vários estudos, porém nenhuma
396 solução para os problemas levantados. A Sra. Vera (Planurb) realizou a leitura da
397 próxima pergunta, também formulada pelo Sr. Cleber Matsuda: *“O que será feito no*
398 *cruzamento da Rua Afonso Lino Barbosa com Jeribá? Este é um cruzamento muito*
399 *movimentado, o que ficará muito mais movimentado com a construção do prédio da*
400 *Plaenge e com a conclusão do Condomínio Altos da Mata, em que a saída é*
401 *exatamente para este cruzamento.”*. Em resposta, o Sr. Fernando (Madeira &
402 Madeira) reforçou que os técnicos da Agetran que determinarão as melhorias
403 necessárias. A próxima pergunta também foi lida pela Sra. Vera (Planurb), e mais uma
404 vez, formulada pelo Sr. Cleber Matsuda: *“Moro em um condomínio ao lado do prédio.*
405 *Com o início da limpeza do terreno, vários animais peçonhentos vieram para o*
406 *condomínio, tipo ratos, escorpião, etc. A Plaenge irá ressarcir os gastos com*
407 *dedetização? Ou ela irá fazer a dedetização de tempo em tempo? Como isso será*
408 *feito? Não vi este tipo de impacto no relatório da empresa de arquitetura.”*; em
409 resposta, a Sra. Valéria (Plaenge) comunicou que foi solicitada uma limpeza para o
410 lote e que a mesma foi atendida; e que pode ser pedido junto a empresa que está
411 realizando essa limpeza, a inclusão de um serviço para eliminar esses animais
412 peçonhentos. Prosseguindo, a Sra. Vera (Planurb) realizou a leitura da pergunta
413 seguinte, formulada pelo Sr. Cleber Matsuda: *“O que a Plaenge irá fazer para redução*
414 *sonora devido a obra? Moro em um condomínio vizinho a obra com muitas crianças e*
415 *bebês. A poluição sonora irá causar um impacto grande na vida de todos os que*
416 *moram ao redor da obra do prédio. A Plaenge irá fazer a substituição de janelas de*
417 *forma a reduzir o barulho no interior das casas ou outra medida para reduzir o*
418 *impacto?”*. Em resposta, a Sra. Valéria (Plaenge) esclareceu que para esse processo
419 são feitos estudos de implantação de canteiro, de logística, para que tenha o mínimo
420 de impacto no dia-a-dia da região; assim como, serão observadas as regras de



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA, PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 89341/2022-87

421 segurança do trabalho, as autorizações de trânsito e os horários de trabalhos, que são
422 de acordo com as legislações ambientais. O Sr. Cleber fez uso da réplica para
423 complementar sobre a problemática do barulho gerado pela obra e os impactos no
424 dia-a-dia. A próxima pergunta foi lida pela Sra. Vera (Planurb), e foi formulada pelo Sr.
425 Cleber Matsuda: *“O que a Plaenge irá fazer para reduzir o barro/terra na rua com a*
426 *saída de caminhões de terra e de materiais da obra? Haverá local para lava roda de*
427 *caminhões na saída da obra de forma a limpar a roda dos caminhões ou outra forma*
428 *para reduzir o impacto? A Rua Afonso Lino Barbosa está em um local alto do bairro.*
429 *Quando chove, sempre dá uma enxurrada que leva água, sujeira e material para a*
430 *Rua Jeribá e para todo o bairro.”*. Em resposta, a Sra. Valéria (Plaenge) explicou que
431 existe um “lava-rodas” nos portões das obras e que, caso seja necessário, eles
432 realizam a lavagem das ruas para minimizar os impactos no entorno. A próxima
433 pergunta foi lida pela Sra. Ana Cláudia (Semadur), sendo essa formulada pela Sra.
434 Bruna Carolina, conselheira do Conselho Regional da Região Urbana do Prosa, e
435 direcionada à Sra. Valéria (Plaenge): *“Gostaria de saber se haverá alguma*
436 *contrapartida para a Região Urbana do Prosa.”*. Em resposta, a Sra. Valéria (Plaenge)
437 esclareceu que com a emissão da Guia de Diretrizes Urbanísticas (GDU), as
438 necessidades são analisadas e as contrapartidas indicadas pelo Poder Público;
439 cabendo ao empreendedor atender a esse Termo de Compromisso que será
440 direcionado a Região Urbana em que o empreendimento será instalado. A Sra. Ana
441 Cláudia (Semadur) fez a leitura da pergunta formulada pela Sra. Bruna Carolina e
442 direcionado para o Sr. Fernando (Madeira & Madeira): *“Gostaria de saber sobre o*
443 *impacto na rede pública de saúde, se foi pensado, visto que não só os proprietários*
444 *poderão usar em casos de emergência, visto que possivelmente os moradores*
445 *possuem plano privado, mas seus funcionários não. Foi falado que não há unidades*
446 *de saúde próximo ao empreendimento, e existem 2 (dois) hospitais particulares*
447 *apenas...visto que essa população hoje procura as unidades públicas para vacinas,*
448 *testes então tanto na atenção básica como na emergência, existe algum plano a*
449 *respeito?”*; em resposta, o Sr. Fernando (Madeira & Madeira) demonstrou que foram
450 levantadas as unidades de saúde, não apenas na região do empreendimento, mas



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA, PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 89341/2022-87

451 nos bairros próximos também. A Sra. Bruna fez uso da réplica para pontuar a
452 preocupação com o impacto na rede de saúde no entorno do empreendimento,
453 citando que a sobrecarga desses postos de saúde pode privar quem realmente
454 necessita desses serviços. A próxima pergunta foi formulada pela Sra. Luciene
455 Rezende Arguelho, conselheira do Conselho Regional da Região Urbana do Prosa,
456 para o Sr. Fernando (Madeira & Madeira): *“No estudo apresentado só menciona dois*
457 *hospitais particulares, gostaria de saber o que a empresa irá agregar na região em*
458 *relação à saúde, sendo que é uma região que não possui nenhuma unidade de saúde*
459 *“área descoberta” não que não seja atendido nas unidades mais próximas SUS, mas*
460 *que necessita que olhem com carinho para essa necessidade de uma unidade de*
461 *saúde.”*; em resposta, o Sr. Fernando (Madeira & Madeira) esclareceu que o
462 levantamento é feito e essas demandas levadas à Secretaria competente. A Sra.
463 Luciene fez uso da réplica para expor que, com o aumento populacional e de fluxo
464 nas vias, aumentam os acidentes de trânsito e que nesses casos, são utilizados os
465 serviços de saúde; reforçando a necessidade de uma atenção a falta de uma unidade
466 básica de saúde que atenda a região dos bairros Chácara Cachoeira e Cidade Jardim.
467 A próxima pergunta foi lida pela Sra. Vera (Planurb) e formulada pela Sra. Samantha
468 de Mello: *“Representamos os moradores e não queremos, de maneira alguma, um*
469 *empreendimento de tamanha altura e impacto na região, tirando a privacidade das*
470 *residências, movimento aumentado de circulação de veículos, fora a ventilação e*
471 *iluminação prejudicados. Por que não foi apresentado um corte para mostrar o*
472 *impacto de um prédio de 25 (vinte e cinco) pavimentos ao lado de um prédio de 2*
473 *(dois) pavimentos, residenciais?”*; em resposta, o Sr. Fernando (Madeira & Madeira)
474 esclareceu que foi demonstrada uma simulação de sombreamento com uma
475 construção de 2 (dois) pavimentos. Em complementação, a Sra. Samantha
476 (moradora) solicitou que fosse demonstrado o corte entre uma construção de 2 (dois)
477 pavimentos e de 25 (vinte e cinco) pavimentos, para que fosse possível visualizar a
478 diferença; bem como, reforçou a falta de privacidade, ventilação e iluminação das
479 residências ao redor do prédio e o aumento do fluxo no trânsito. Iniciando a última
480 fase da Audiência, a Sra. Berenice convidou os representantes presentes do Conselho

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA, PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 89341/2022-87

481 Municipal da Cidade (CMDU). a Sra. Berenice questionou se o Conselheiro Sérgio
482 Seiko Yonamine gostaria de fazer questionamento ao representante do empreendedor
483 ou ao representante da empresa responsável pelo Estudo de Impacto de Vizinhança
484 (EIV). Desta forma, o Sr. Sérgio (Conselheiro no CMDU) pontuou ser uma discussão
485 complexa e discorreu quanto a desvalorização imobiliária, em que foi dito que os
486 estudos seriam feitos em um momento adequado, e dos questionamentos quanto ao
487 trânsito; esclareceu que ambos os assuntos compõem o conteúdo mínimo de um
488 Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), descrito no Plano Diretor de Desenvolvimento
489 Urbano Ambiental (PDDUA); ainda, ressaltou que mesmo que o valor da
490 desvalorização não seja preciso, deve ser determinado um parâmetro para análise
491 desse impacto, e que deve estar contido no Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e
492 não como uma complementação. Em continuidade, o Sr. Sérgio (Conselheiro no
493 CMDU) ressaltou que os impactos na vizinhança, de determinado empreendimento,
494 devem se somar os impactos gerados pela atividade e/ou empreendimento aos
495 impactos já existentes; em relação ao trânsito e sistema viário, também deve ser
496 complementado no Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), como conteúdo mínimo,
497 juntando os impactos já existentes, somado com a implantação do empreendimento
498 na região. Por fim, complementou que é necessário mensurar os impactos futuros que
499 a verticalização vai causar, por ser uma novidade na região e não apenas na
500 diminuição da privacidade e do sombreamento, mas na transformação do cotidiano
501 da população; bem como, complementar o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV)
502 com os dois pontos levantados como mais problemáticos para os moradores. Visto
503 isso, a Sra. Berenice acatou a proposição feita pelo Sr. Sérgio (Conselheiro no CMDU)
504 e indagou se mais algum conselheiro do Conselho Municipal da Cidade (CMDU)
505 gostaria de se manifestar. Não tendo manifestações, a Sra. Berenice agradeceu a
506 participação e presença de todos, de forma virtual e no Auditório, e as vinte horas e
507 quarenta e três minutos declarou encerrada esta Audiência Pública.



BERENICE MARIA JACOB DOMINGUES
(Presidente da Audiência)

Diretora-Presidente da Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano - PLANURB



ANA CLÁUDIA CHITA OSÓRIO
(Mediadora)

Representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana - SEMADUR